
SER Social

EDUCAÇÃO E LUTAS SOCIAIS NO BRASIL

Brasília, v. 20, n. 43, julho a dezembro de 2018

Editorial

A educação é essencial para o desenvolvimento dos indivíduos e da sociedade, uma necessidade vital em qualquer realidade social. Assim, deve constituir-se um direito de todos. No entanto, na sociedade capitalista é transmutada em mercadoria, tornando-se um instrumento de acumulação e valorização do capital, que repercute na manutenção e reprodução das desigualdades de classe.

No Brasil, a educação é considerada constitucionalmente *um direito de todos e dever do Estado*. Porém, é crescente o seu processo de mercadorização, em todos os níveis. Esta transmutação, de direito à mercadoria, tem sido operada sob a hegemonia neoliberal, que impulsiona o projeto privatista.

A política de educação superior tem sofrido fortes rebatimentos nos últimos anos. Contribuem nessa direção, os cortes nos orçamentos das universidades públicas; a instituição do novo regime fiscal pela Emenda Constitucional nº 95/2016, que congela os investimentos básicos nesta e, em outras áreas, por 20 anos; a estratégia expansionista da Educação Superior a Distância até os cursos de mestrado e

doutorado; a frágil política de expansão da universidade pública; a crescente desproporção entre a quantidade de professores e alunos devido à redução de concursos; a precarização crescente das condições de trabalho nas universidades; entre outros.

Deste modo, as contradições afetam toda a comunidade acadêmica. Se as políticas de quotas podem apontar para a democratização do acesso à universidade, os projetos pedagógicos e a política de assistência estudantil não possuem a consistência necessária à permanência destes estudantes na universidade. A política de incentivo à produção acadêmica assume a feição de produtivismo desmedido, que provoca adoecimentos de docentes e pouco contribui para a divulgação de inovações científicas e tecnológicas.

Além disso, diversas medidas direcionadas ao ensino médio, nos dois últimos anos, poderão repercutir sobremaneira na educação de nível superior pública, laica, crítica, de qualidade, voltada para os interesses e necessidades dos setores majoritários da população. Entre tais medidas, duas têm grande relevância: o projeto “Escola sem partido” e a “Reforma no ensino médio”. Ambas reduzem o potencial crítico do ensino fundamental.

Em contrapartida, nota-se a expansão das lutas sociais contrárias a estas medidas restritivas. As greves de docentes, greves estudantis, ocupações de escolas e universidades são exemplos. Tudo isto provoca o acirramento das disputas em torno de projetos divergentes e antagônicos de educação. Por um lado, o projeto privatista cujo objetivo é conter a queda tendencial da taxa de lucro em tempos de crise estrutural do capital, por meio da redução de investimentos, terceirização e mercadorização da educação. Por outro lado, o projeto de educação superior pública, gratuita, laica e de qualidade, que tem como elementos estruturantes, o ensino crítico e de qualidade, a pesquisa e a extensão, condições adequadas de trabalho e valorização da docência.

É compromisso deste periódico científico contribuir com o aprofundamento deste debate na sociedade. Assim sendo, esta edição, reúne trabalhos inéditos em forma de artigo, ensaio, resenha e entrevista, que oferecem reflexões críticas sobre o tema *Educação e lutas*

sociais no Brasil, com vistas a subsidiar a comunidade científica e os movimentos sociais. A edição traz, também, na seção temas livres, artigos afins à política social.

Espera-se que as reflexões aqui reunidas possam impulsionar as lutas sociais em defesa da educação pública, laica, crítica e de qualidade. É o nosso propósito!

Comissão Editorial Revista Ser Social